

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 544

**A CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE
MÃO-DE-OBRA DA ECONOMIA
DO RIO DE JANEIRO ***

Ricardo Paes de Barros^{**}
Daniela Ribeiro da Costa^{***}
Miguel Foguel^{****}
Rosane Mendonça^{*****}

Rio de Janeiro, fevereiro de 1998

* Gostaríamos de agradecer a toda a nossa equipe no IPEA pelo excelente trabalho de assistência a este projeto.

** Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

*** Mestranda em Economia na UFF.

**** Bolsista da Anpec/PNPE na Diretoria de Pesquisa do IPEA.

***** Da UFF e bolsista da Anpec/PNPE na Diretoria de Pesquisa do IPEA.



O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente

Fernando Rezende

Diretoria

Claudio Monteiro Considera

Luís Fernando Tironi

Gustavo Maia Gomes

Mariano de Matos Macedo

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (021) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (061) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - FONTE DE INFORMAÇÃO.....	3
3 - PRESSÃO DEMOGRÁFICA E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO OCUPADA	4
4 - IDENTIFICANDO O PROCESSO DE AJUSTE.....	8
4.1 - O Papel da Taxa de Participação.....	8
4.2 - O Papel da Taxa de Desemprego.....	12
5 - CONCLUSÕES.....	15
APÊNDICE	17
BIBLIOGRAFIA	20

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo determinar em que medida o mercado de trabalho do Rio de Janeiro compartilha com o mercado de trabalho nacional a mesma capacidade de absorção de mão-de-obra. Indicações mostram que talvez a capacidade de absorção de mão-de-obra do Rio de Janeiro seja bem mais limitada que a média nacional.

Conclui-se que a insuficiência revelada pelo mercado de trabalho do Rio de Janeiro não pode ser explicada por um processo de crescimento econômico lento. Verifica-se também que a taxa de desemprego não foi empregada, em nenhuma medida, como variável de ajuste. Em suma, a avaliação de que o mercado de trabalho do Rio de Janeiro apresentou uma insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra na década de 90 é ainda condicional à validade da interpretação da queda na taxa de participação como um fenômeno de desencorajamento. Uma resposta mais definitiva a esta questão requer uma análise profunda dos motivos que levaram à queda na taxa de participação, análise que já começa a ser realizada no Brasil.

ABSTRACT

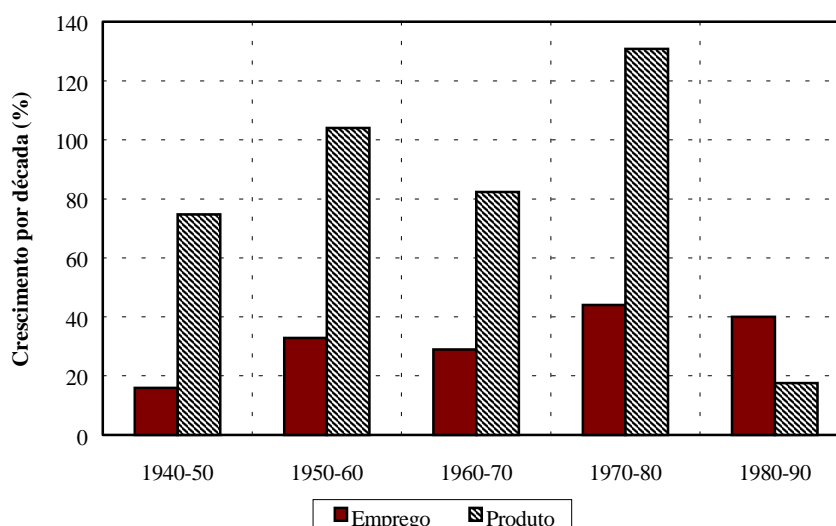
The purpose of this paper is to determine the similarities in the manpower absorption capacity between Rio de Janeiro's and Brazil's labor market. In fact, it is possible that Rio de Janeiro's absorption capacity could be much more limited than the national average.

Conclusions show that the insufficiency of Rio de Janeiro's labor market may not be explained only as a consequence of a slow economic growth process. They also confirm that the unemployment rate has not been used as an adjustment variable. In short, the assessment about this insufficiency in Rio de Janeiro during the nineties is conditioned by the interpretation validity of the fall in the participation rate as a discouraging fact. A firmer reply to this question requires a deeper analysis about the reasons of the fall in the participation rate. This analysis is already underway in Brazil.

1 - INTRODUÇÃO

Uma das características mais marcantes da economia brasileira tem sido a sua enorme capacidade de absorção de mão-de-obra mesmo em períodos de baixo crescimento econômico. Uma das formas mais simples de visualizar esta enorme capacidade de absorção do mercado de trabalho brasileiro é comparar a evolução das taxas de crescimento da população ocupada com a do nível da produção ao longo das últimas décadas. O Gráfico 1 apresenta estas taxas de crescimento por década, cobrindo o período 1940/90.¹ Este gráfico revela grandes flutuações na taxa de crescimento do produto acompanhadas de uma taxa de crescimento da população ocupada bastante estável. Em particular, este gráfico revela que apesar de a taxa de crescimento do produto na década de 80 ter sido muito inferior ao seu crescimento na década de 70, a taxa de crescimento da população ocupada foi essencialmente a mesma nas duas décadas.

Gráfico 1
Crescimento do Produto e do Emprego
no Brasil — 1940/90



Fonte: Construído com base nas informações contidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1990 a 1993

Para efeito deste estudo, entendemos que a capacidade de absorção de mão-de-obra de uma dada economia é adequada quando o seu mercado de trabalho² tem a capacidade de expandir o número de postos de trabalho a uma taxa igual ou superior à da expansão da população em idade ativa. Quando essa condição não é satisfeita, dizemos que existe insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra.

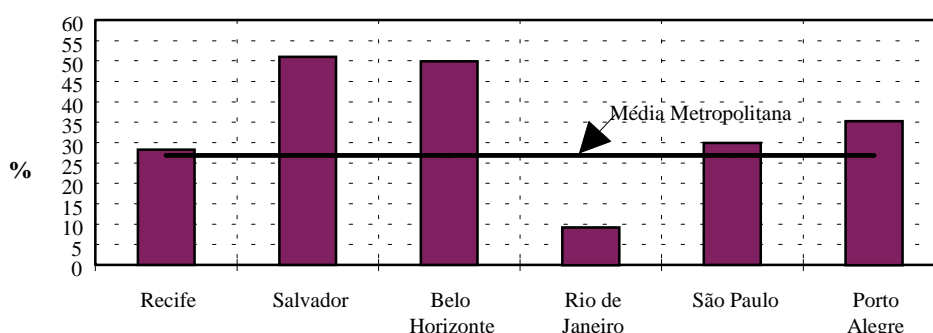
¹ Uma versão anterior deste gráfico aparece em Amadeo *et alii* (1994).

² Por simplicidade, nesse estudo tratamos o mercado de trabalho como abrangendo todos os segmentos geradores de postos de trabalho, inclusive o trabalho por conta própria e não-remunerado.

Neste estudo temos dois objetivos. Em primeiro lugar, buscamos determinar, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em que medida o mercado de trabalho da região metropolitana do Rio de Janeiro compartilha com os outros mercados regionais a mesma capacidade de absorção de mão-de-obra. Esta avaliação, no caso do Rio de Janeiro, é particularmente importante, uma vez que existem indicações de que talvez a capacidade de absorção de mão-de-obra do Rio de Janeiro seja bem mais limitada que a média das demais regiões. De fato, o Gráfico 2 que apresenta a taxa de crescimento da população ocupada na região metropolitana do Rio de Janeiro, comparada com a correspondente taxa de crescimento em outras regiões metropolitanas, revela que a taxa de crescimento no Rio de Janeiro é bem inferior à das demais regiões.

Embora a evidência apresentada no Gráfico 2 sugira uma certa deficiência do mercado de trabalho do Rio de Janeiro quanto à absorção de mão-de-obra, esta evidência é definitivamente incompleta. Pode ser que a população ocupada no Rio de Janeiro tenha crescido a taxas menores simplesmente porque a região esteve sob pressões demográficas também mais amenas. De fato, como a forma que definimos capacidade de absorção de mão-de-obra ilustra, toda avaliação da capacidade de absorção de mão-de-obra deve levar também em consideração a expansão da oferta de trabalho. Por conseguinte, a Seção 3 deste trabalho é dedicada a uma avaliação da capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde se considera tanto o crescimento da população ocupada quanto o da população em idade ativa. Nesta seção procuramos comparar a situação no Rio de Janeiro com a encontrada em outras regiões metropolitanas.

Gráfico 2
Crescimento da População Ocupada por Região Metropolitana



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Conforme veremos na Seção 3, o Rio esteve, de fato, ao longo dos últimos 15 anos sujeito a pressões demográficas bem mais brandas que as demais regiões utilizadas na comparação. Entretanto, como também procuraremos demonstrar, este fato explica apenas parcialmente a menor taxa de crescimento da população

ocupada no Rio de Janeiro. Como ficará demonstrado, a taxa de crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro ficou aquém da que seria desejável mesmo levando-se em consideração que o Rio de Janeiro esteve sujeito a pressões demográficas mais brandas.

Uma vez identificada certa insuficiência quanto à capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho do Rio de Janeiro, duas questões colocam-se de imediato: **a)** por que a taxa de crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro esteve abaixo da que seria desejável; e **b)** como este mercado de trabalho ajustou-se a um crescimento da população ocupada abaixo das pressões demográficas, a que esteve sujeito.

As causas da insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra do Rio de Janeiro não serão investigadas neste estudo, mas os mecanismos de ajuste são o segundo objetivo do estudo.

Uma análise dos mecanismos de ajuste do mercado de trabalho a um crescimento da população ocupada abaixo das pressões demográficas é desenvolvida na Seção 4. Mais precisamente, nesta seção, investigamos se o ajuste ocorreu por uma queda na taxa de participação da população em idade ativa no mercado de trabalho ou por um crescimento na taxa de desemprego. Entretanto, antes de passarmos à análise da capacidade de absorção de mão-de-obra do Rio de Janeiro, é importante tratar de algumas características da fonte de informação que será utilizada ao longo de todo o estudo.

2 - FONTE DE INFORMAÇÃO

A análise contida neste estudo refere-se a comparações entre a região metropolitana do Rio de Janeiro e as outras cinco principais regiões metropolitanas.³ Informações sobre a evolução da população em idade ativa e ocupada, além daquelas sobre a evolução da taxa de participação e de desemprego, foram obtidas para cada uma destas seis regiões metropolitanas em bases mensais, a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Cumpramos ressaltar que as estimativas para a evolução da população ocupada e em idade ativa com base em pesquisas domiciliares não se baseiam apenas nos resultados das entrevistas realizadas, mas também e fundamentalmente, nos cenários demográficos utilizados para fazer a expansão da amostra. Na verdade, a adequabilidade das taxas de crescimento utilizadas neste estudo dependem mais da adequabilidade dos cenários demográficos do que propriamente das características intrínsecas das pesquisas domiciliares utilizadas.

Ao longo do período analisado e em função da realização do Censo Demográfico de 1991, os cenários demográficos que serviram de base para a expansão da amostra da PME foram alterados. Assim, para obtermos taxas de crescimento

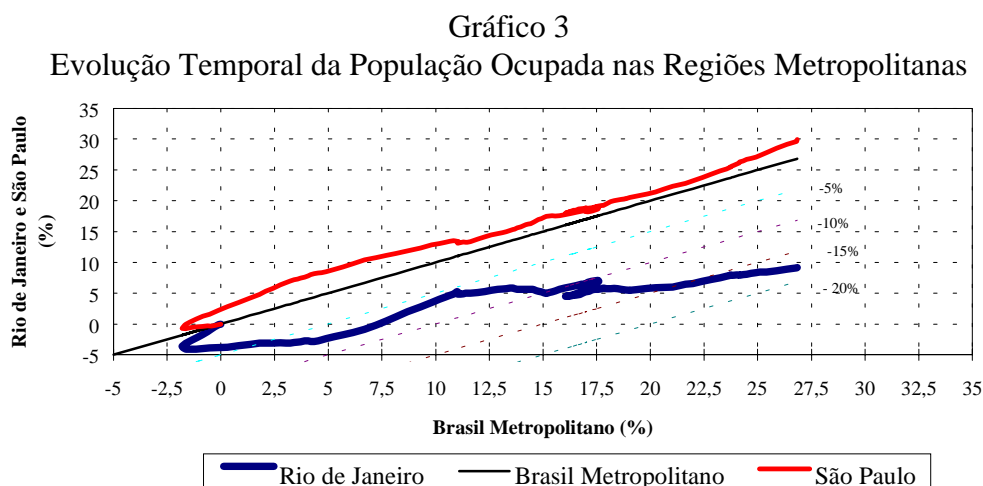
³ As outras cinco regiões metropolitanas são: Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

consistentes, foi necessário compatibilizar os cenários demográficos utilizados ao longo do período analisado. No Apêndice deste estudo, descrevemos o procedimento utilizado para ajustar as séries de população em idade ativa da PME e por conseguinte também as séries de população ocupada. Cumpre frisar que todos os resultados deste estudo baseiam-se nas séries históricas ajustadas com base neste procedimento.

O período coberto pela análise é o de maio de 1982 a fevereiro de 1997. Com o objetivo de eliminar a sazonalidade e flutuações de curto prazo, todos os valores utilizados neste estudo são médias móveis de 12 meses, centradas no sexto mês. Assim, por exemplo, o valor utilizado referente a maio de 1984, na verdade se refere à média dos valores mensais referentes ao período de dezembro de 1983 a novembro de 1984 (inclusive). Vale também ressaltar que quando neste estudo se compara o início e o final do período se está, na verdade, comparando a média para maio de 1982 a abril de 1983 com a média para março de 1996 a fevereiro de 1997.

3 - PRESSÃO DEMOGRÁFICA E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO OCUPADA

O Gráfico 3 apresenta a evolução da população ocupada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo em comparação com a população ocupada das seis principais regiões metropolitanas em conjunto. Este gráfico revela que entre 1982 e 1997 a população ocupada cresceu 27% no conjunto das regiões e 30% em São Paulo. No Rio de Janeiro, entretanto, o crescimento foi de apenas 9%, isto é, 18 pontos percentuais inferior ao valor obtido para o conjunto das regiões (ver também Gráfico 2).

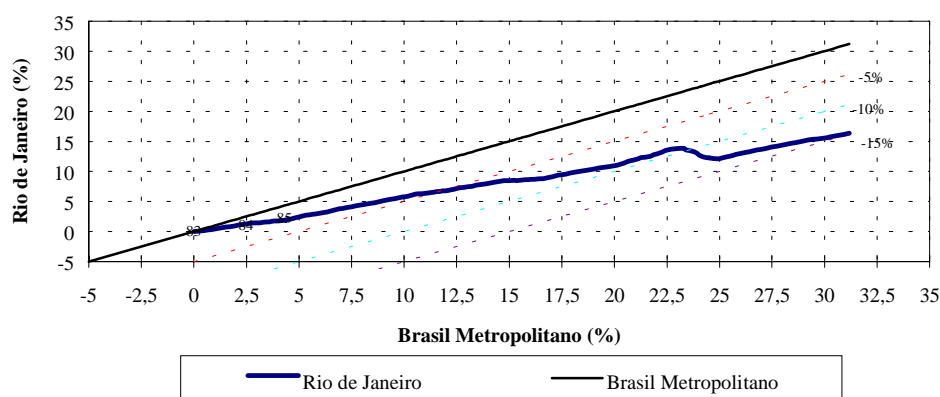


Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego(PME) de 1982 a 1997.

Nesta seção investigamos em que medida esta menor taxa de crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro encontra explicação numa menor pressão demográfica. Com este objetivo, o Gráfico 4 apresenta a evolução da população em idade ativa no Rio de Janeiro em comparação com a correspondente evolução

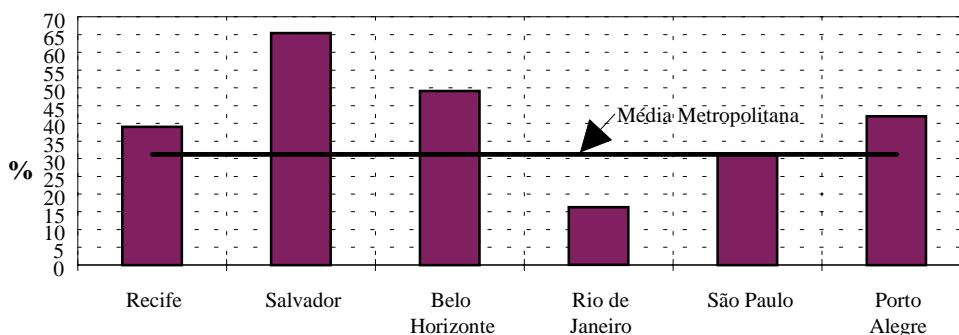
para o conjunto das seis regiões metropolitanas. Este gráfico revela que a população em idade ativa cresceu cerca de 31% no conjunto das regiões metropolitanas, mas apenas 16% no Rio de Janeiro (ver também Gráfico 5) e, portanto, que a pressão demográfica no Rio de Janeiro foi bem mais branda, sendo a taxa de crescimento da população em idade ativa 15 pontos percentuais inferior à média do conjunto.

Gráfico 4
Evolução Temporal da População em Idade Ativa



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego(PME) de 1982 a 1997.

Gráfico 5
Crescimento da População em Idade Ativa por Região Metropolitana



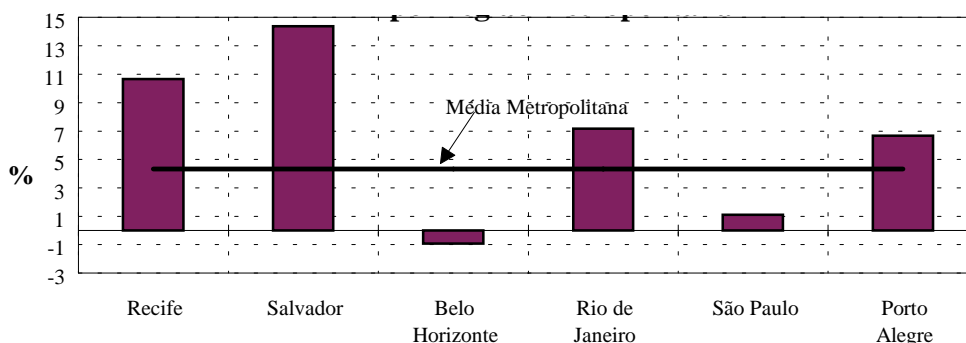
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Duas conclusões seguem da comparação entre o crescimento da população ocupada e da população em idade ativa nas regiões metropolitanas. Em primeiro lugar, nota-se que a população em idade ativa vem crescendo a uma taxa superior à da população ocupada tanto no Rio de Janeiro como no conjunto das regiões

metropolitanas. Assim, se medirmos a insuficiência de absorção de mão-de-obra pelo hiato entre a taxa de crescimento da população em idade ativa e a taxa de crescimento da população ocupada, teremos que tanto o conjunto das regiões metropolitanas como o Rio de Janeiro apresentaram algum grau de insuficiência no período 1982/97.

Em segundo lugar, apesar de tanto o Rio de Janeiro como o conjunto das regiões metropolitanas apresentarem algum grau de insuficiência, a magnitude da insuficiência é diferenciada, sendo no Rio de Janeiro cerca do dobro da média para o conjunto das regiões. De fato, enquanto no Rio de Janeiro a taxa de crescimento da população ocupada foi sete pontos percentuais inferior à taxa de crescimento da população em idade ativa, no conjunto das regiões metropolitanas o grau de insuficiência foi de apenas quatro pontos percentuais (ver Gráfico 6). Em outras palavras, o grau de insuficiência do mercado de trabalho do Rio de Janeiro foi três pontos percentuais superior ao do conjunto das regiões metropolitanas. Note, entretanto, que o grau de insuficiência do mercado de trabalho do Rio de Janeiro é inferior ao das regiões metropolitanas do Nordeste, notadamente Recife e Salvador.

Gráfico 6
Diferença entre o Crescimento da População em Idade Ativa e da
População Ocupada por Região Metropolitana



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

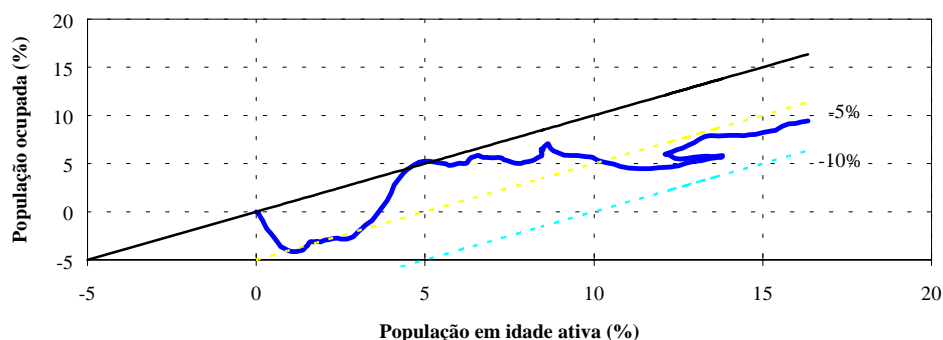
Portanto, apesar de a taxa de crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro ter sido 18 pontos percentuais inferior à do conjunto das regiões metropolitanas, apenas uma pequena parte (1/6) deste diferencial, cerca de três pontos percentuais, representa um maior grau de insuficiência de absorção de mão-de-obra. Isso se deve ao fato de tanto a taxa de crescimento da população ocupada quanto a taxa de crescimento da população em idade ativa no Rio de Janeiro terem sido bem inferiores às correspondentes taxas para o conjunto das regiões metropolitanas. Em outras palavras, grande parte da menor taxa de crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro **vis-à-vis** o conjunto das regiões metropolitanas é explicada pela menor expansão da população em idade ativa no Rio de Janeiro.

Este fato, entretanto, não explica integralmente o mais baixo crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro. Parte da explicação advém também de uma menor capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho do Rio de Janeiro que acumulou, de 1982 a 1997, um déficit ocupacional de sete pontos percentuais em relação ao crescimento da população em idade ativa, enquanto nas demais regiões, o déficit acumulado foi de apenas quatro pontos percentuais.

A evolução da insuficiência de absorção de mão-de-obra no Rio de Janeiro e no conjunto das regiões metropolitanas é apresentada nos Gráficos 7 e 8. Estes gráficos permitem identificar um claro padrão comum para a evolução da insuficiência de absorção de mão-de-obra no Rio de Janeiro e no conjunto das regiões metropolitanas. Em primeiro lugar, revelam um ciclo entre 1982 e 1987. Tal período inicia-se com uma elevada insuficiência de absorção de mão-de-obra até 1984, seguido por um período de estabilidade entre 1984 e 1986 e, finalmente, por um processo de recuperação em 1986 e 1987. Em segundo lugar, revela um período de estabilidade entre 1988 e 1990. Em terceiro, em 1991 e 1992, volta a ocorrer insuficiência de absorção de mão-de-obra, levando à acumulação de um déficit de sete pontos percentuais no Rio de Janeiro e quatro pontos percentuais no conjunto das regiões. Finalmente, entre 1992 e 1997, a insuficiência desaparece levando o déficit a permanecer estável.

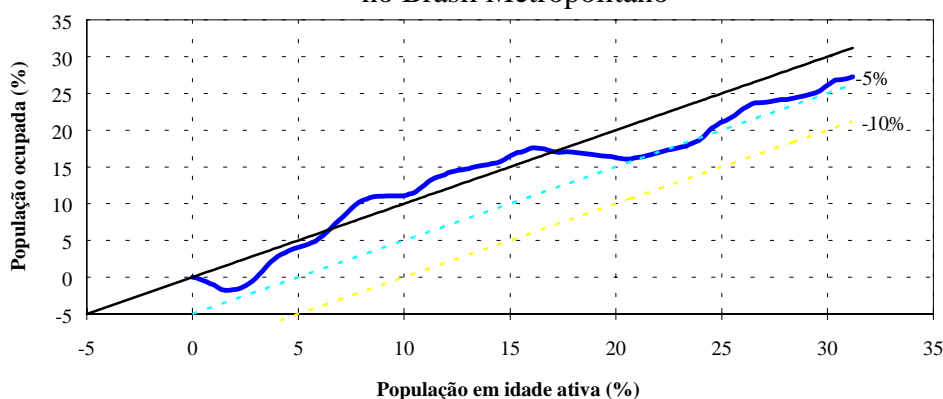
Assim, a evolução da insuficiência de absorção de mão-de-obra no Rio de Janeiro foi qualitativamente similar àquela observada no conjunto das regiões metropolitanas. Em particular, em ambos os casos a insuficiência de absorção de mão-de-obra remanescente do período 1982/97 é essencialmente equivalente àquela acumulada no início da década de 90, mais especificamente no biênio 1991/92.

Gráfico 7
Processo de Ampliação do Déficit Ocupacional no Rio de Janeiro



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Gráfico 8
Processo de Ampliação do Déficit Ocupacional
no Brasil Metropolitano



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

4 - IDENTIFICANDO O PROCESSO DE AJUSTE

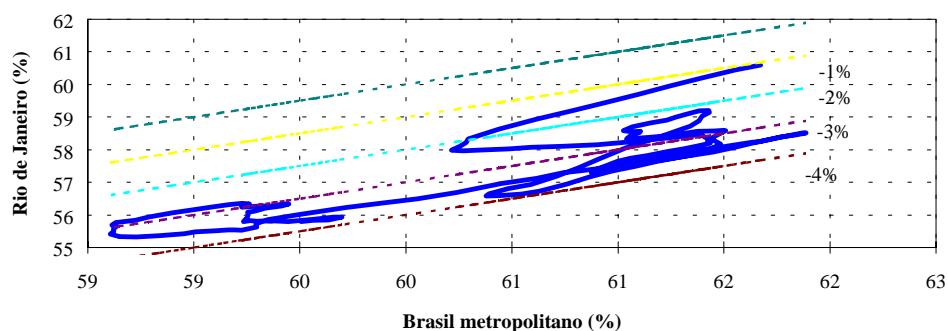
Da análise feita nas seções anteriores, torna-se claro que houve no Rio de Janeiro insuficiência na absorção de mão-de-obra ao longo do período 1982/97. Como demonstrado, a população ocupada na região cresceu muito aquém do crescimento da população ocupada nas principais regiões metropolitanas, e a uma taxa sete pontos percentuais inferior à do crescimento da população em idade ativa na região. Enquanto isso, no conjunto das regiões, a população ocupada crescia apenas quatro pontos percentuais a menos que a população em idade ativa.

Nesta seção buscamos investigar como se processou no Rio de Janeiro o ajuste ao descompasso entre as taxas de crescimento da população ocupada e da população em idade ativa. O ajuste pode ser realizado, em princípio, de duas formas: **a)** por uma queda na taxa de participação; **b)** por um crescimento na taxa de desemprego; ou por ambos. Nesta seção procuramos avaliar a contribuição destes dois mecanismos ao ajuste total.

4.1 - O Papel da Taxa de Participação

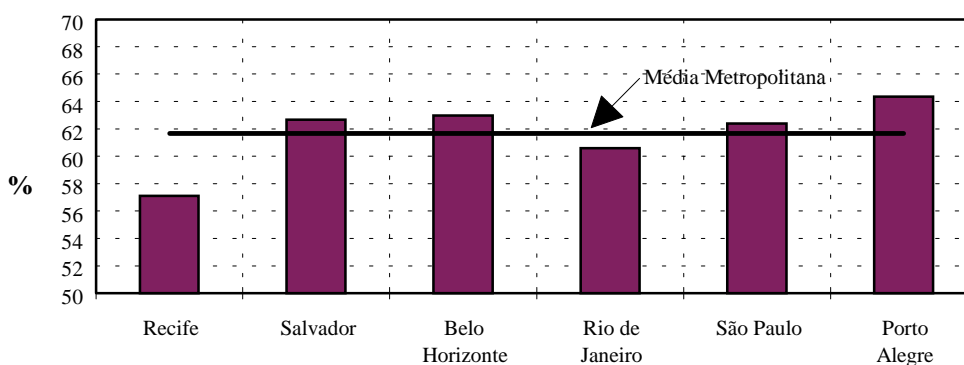
O Gráfico 9 apresenta a evolução da taxa de participação na região metropolitana do Rio de Janeiro e no conjunto das demais regiões metropolitanas. Este gráfico revela que a taxa de participação para o Rio de Janeiro inicia o período cerca de um ponto percentual abaixo da taxa para o conjunto das regiões metropolitanas, declinando ao longo do período cerca de três pontos percentuais a mais que nas demais regiões, que experimentaram um declínio de dois pontos percentuais. Assim, no conjunto, a taxa de participação no Rio de Janeiro declinou cerca de cinco pontos percentuais, (ver Gráficos 10a a 10c).

Gráfico 9
Evolução Temporal da Taxa de Participação



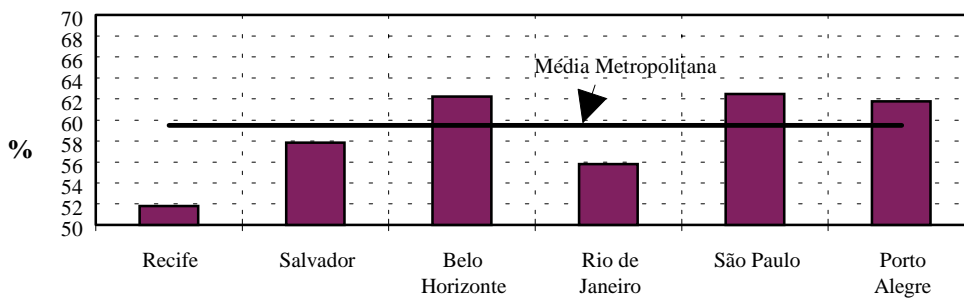
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Gráfico 10a
Taxa de Participação Média nos Primeiros 12 Meses
por Região Metropolitana



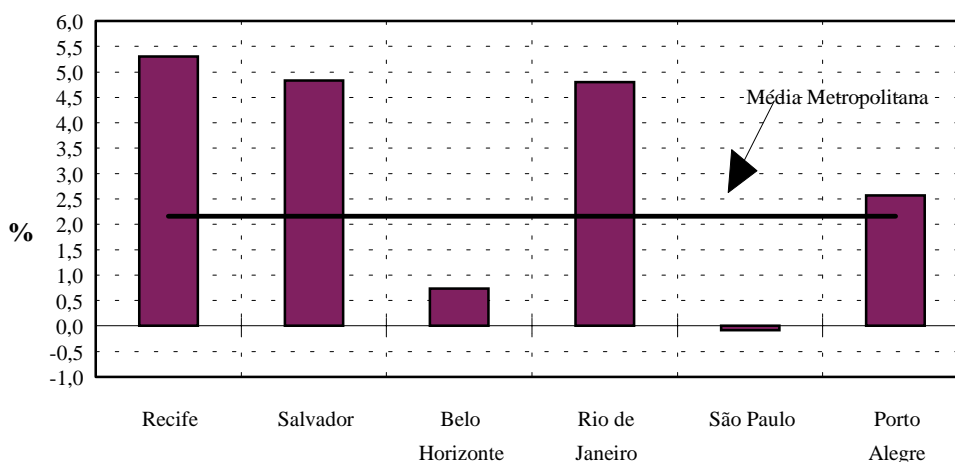
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.
Nota: Os primeiros 12 meses correspondem ao período de maio de 1982 a fevereiro de 1997.

Gráfico 10b
Taxa de Participação Média nos Primeiros 12 Meses
por Região Metropolitana



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.
Nota: Os últimos 12 meses correspondem ao período de maio de 1982 a fevereiro de 1997.

Gráfico 10c
Diferença entre a Taxa de Participação Média dos Primeiros e Últimos 12 Meses por Região Metropolitana



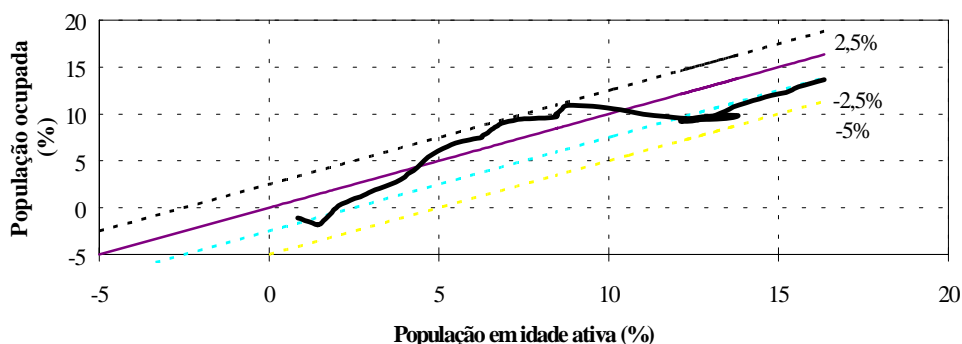
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Nota: Os primeiros e últimos 12 meses correspondem ao período de maio de 1982 a fevereiro de 1997.

Em alguma medida, este declínio na taxa de participação auxiliou o ajuste ao descompasso entre o crescimento da população em idade ativa e a população ocupada. Quanto a isto, duas questões se colocam. Em primeiro lugar, em que medida o declínio total na taxa de participação de cerca de cinco pontos percentuais foi capaz de compensar completamente o descompasso entre o crescimento da população em idade ativa e da população ocupada verificada no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, em que medida o declínio da taxa de participação do Rio de Janeiro, que excede aquele para o conjunto das regiões metropolitanas (cerca de três pontos percentuais), explica o maior descompasso no Rio de Janeiro entre o crescimento da população em idade ativa e da população ocupada.

A fim de responder à segunda questão, o Gráfico 11 apresenta a evolução que teria a população ocupada no Rio de Janeiro caso a evolução da sua taxa de participação fosse paralela à do conjunto das regiões metropolitanas, isto é, a diferença inicial (cerca de um ponto percentual) entre as duas taxas de participação permanecesse constante ao longo do período. Este gráfico revela que, se a evolução da taxa de participação no Rio de Janeiro fosse paralela à observada no conjunto das regiões metropolitanas, o hiato entre o crescimento da população em idade ativa e da população ocupada no Rio de Janeiro teria sido de apenas dois pontos percentuais e, portanto, inferior ao observado para o conjunto das regiões metropolitanas. Em suma, a maior queda na taxa de participação explica a maior insuficiência na absorção de mão-de-obra verificada no Rio de Janeiro.

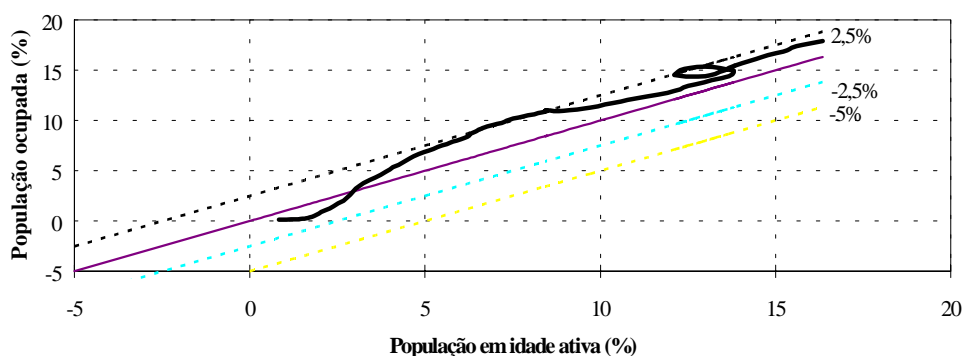
Gráfico 11
Evolução Temporal da População em Idade Ativa e Ocupada no Rio de Janeiro caso a Evolução da sua Taxa de Participação Fosse Paralela a do Brasil Metropolitan



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Voltando à primeira questão, o Gráfico 12 revela que, caso a taxa de participação no Rio de Janeiro tivesse permanecido constante ao invés de ter declinado, quase cinco pontos percentuais, não teria havido qualquer insuficiência de absorção de mão-de-obra na região. Ao contrário, a população ocupada teria crescido a uma taxa dois e meio pontos percentuais superior à da população em idade ativa. Este resultado revela que todo o ajuste à insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra no Rio de Janeiro se deu por queda na taxa de participação. Por conseguinte, conforme procuraremos ratificar na subseção seguinte, a taxa de desemprego não desempenhou papel algum neste processo de ajuste.

Gráfico 12
Evolução Temporal da População em Idade Ativa e Ocupada no Rio de Janeiro caso a Evolução da sua Taxa de Participação Fosse Constante



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Nota: A taxa de participação constante refere-se à média do período maio de 1982 a fevereiro de 1997.

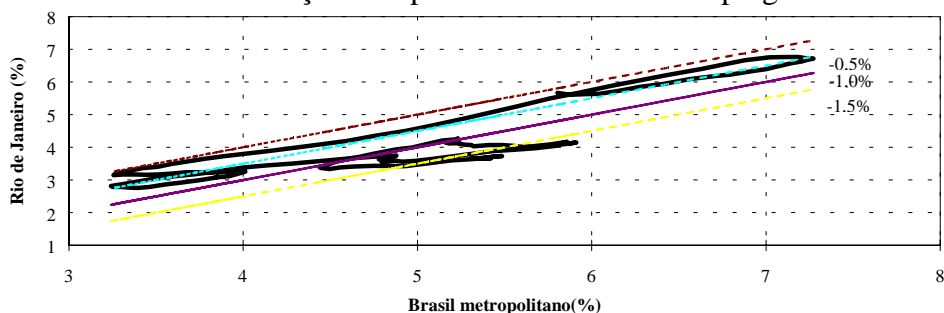
O fato de todo o ajuste ter ocorrido por uma queda na taxa de participação levamos a questionar a interpretação de que o hiato entre a taxa de crescimento da população em idade ativa e da população ocupada seja uma indicação de insuficiência de capacidade de absorção de mão-de-obra. Segundo esta interpretação, a queda na participação no mercado de trabalho teria sido induzida pela insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho, ou seja, o ajuste teria sido alcançado com o mercado de trabalho desencorajando uma parcela da população em idade ativa a trabalhar ou a buscar trabalho. Entretanto, pode-se interpretar as mesmas informações como o resultado de uma queda voluntária na oferta de trabalho, por exemplo, com a população jovem decidindo adiar o momento de entrada no mercado de trabalho e a população há mais tempo neste mercado, antecipando o momento da sua aposentadoria.

Qualquer avaliação da capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho do Rio de Janeiro requer que se diferencie entre estas duas interpretações para a queda na taxa de participação. Alguma evidência a este respeito pode ser obtida, investigando-se o momento em que se deu a queda na taxa de participação. Conforme o Gráfico 9 revela, a queda na taxa de participação encontra-se fortemente concentrada no início da década de 90, em particular em 1991 e 1992. Na medida em que **a)** este foi um período claramente recessivo; **b)** que alterações de comportamento — que expliquem mudanças na decisão de participar ou não do mercado de trabalho — tendem a estar bem distribuídas ao longo do tempo; e que **c)** os ciclos econômicos, ao contrário, tendem a concentrar-se em poucos anos, há evidências de que o fenômeno de queda na taxa de participação reflete mais insuficiência de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho do que mudanças de comportamento. Assim, parece justificável continuarmos a chamar o hiato entre a taxa de crescimento da população em idade ativa e da população ocupada de insuficiente com relação à sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Cumpre ressaltar, entretanto, que estudos recentes, como o de Silva (1997), fornecem evidências de que a queda na taxa de participação se concentrou nos mais jovens e mais idosos, o que pode estar indicando mudanças de comportamento ao invés de desencorajamento. Em suma, não existe ainda consenso sobre os motivos da queda na taxa de participação nos anos 90.

4.2 - O Papel da Taxa de Desemprego

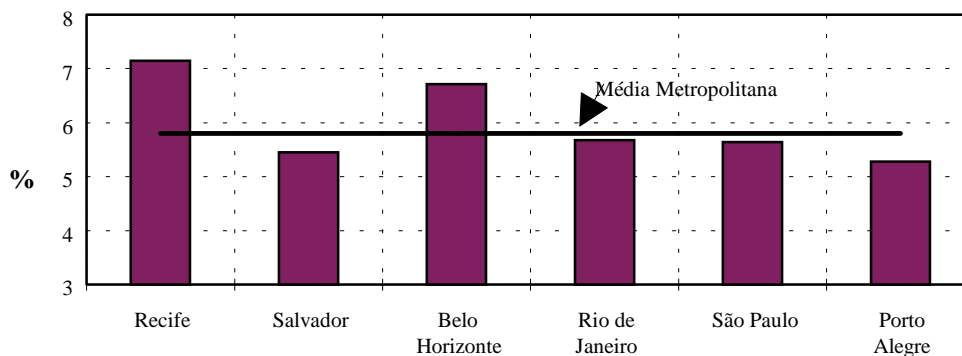
O Gráfico 13 apresenta a evolução da taxa de desemprego no Rio de Janeiro e no conjunto das regiões metropolitanas. Este gráfico revela, em primeiro lugar, que a taxa de desemprego no Rio de Janeiro inicia o período em um nível muito próximo do valor para o conjunto das regiões metropolitanas. Em segundo lugar, este gráfico revela que a taxa de desemprego declinou ao longo do período um e meio ponto percentual a mais no Rio de Janeiro que nas demais regiões que, por sua vez, experimentaram um pequeno declínio de meio ponto percentual (ver Gráficos 14a a 14c). Assim, em conjunto, a taxa de desemprego no Rio de Janeiro declinou cerca de dois pontos percentuais entre 1982 e 1997.

Gráfico 13
Evolução Temporal da Taxa de Desemprego



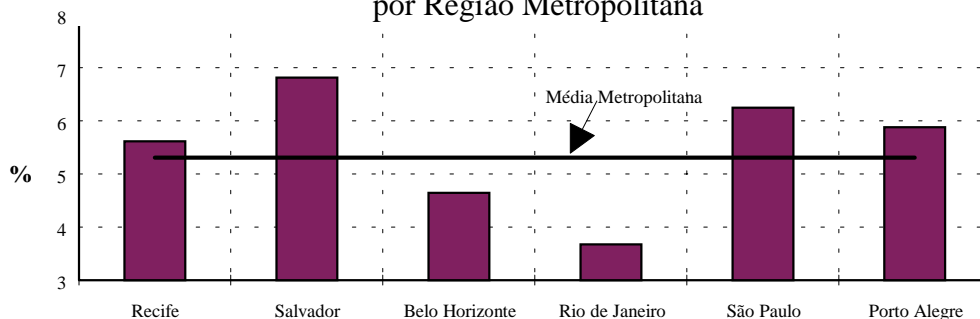
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Gráfico 14a
Taxa de Desemprego Média nos Primeiros 12 Meses
por Região Metropolitana



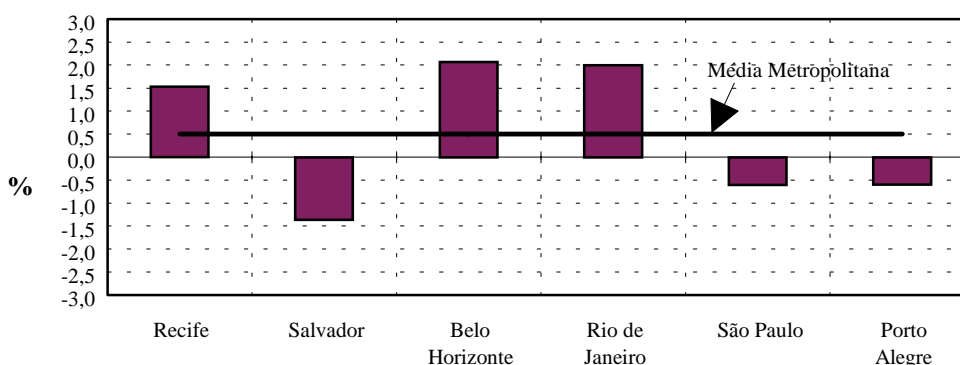
Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.
Nota: Os primeiros 12 meses correspondem ao período de maio de 1982 a fevereiro de 1997.

Gráfico 14b
Taxa de Desemprego Média dos Últimos 12 Meses
por Região Metropolitana



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.
Nota: Os últimos 12 meses correspondem ao período de maio de 1982 a fevereiro de 1997.

Gráfico 14c
Diferença entre a Taxa de Desemprego Média dos Primeiros e Últimos 12 Meses por Região Metropolitana



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 a 1997.

Nota: Os primeiros e últimos 12 meses correspondem ao período de maio de 1982 a fevereiro de 1997.

A evidência de que a taxa de desemprego no Rio de Janeiro declinou em termos absolutos e em relação às demais regiões metropolitanas demonstra que ela não foi utilizada, em nenhuma medida, como um mecanismo de ajuste à insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra do mercado de trabalho do Rio de Janeiro quer em termos absolutos, quer em termos relativos às demais regiões. Mais que isso, a queda na taxa de desemprego, em termos absolutos e relativos, exigiu que o ajuste na taxa de participação fosse ainda maior do que seria necessário, caso fosse este o único mecanismo de ajuste, ou seja, a taxa de participação no Rio de Janeiro teve que declinar para ajustar-se tanto a uma taxa de crescimento maior da população em idade ativa que da população ocupada, quanto para acomodar uma taxa de desemprego declinante.

Em suma, o Gráfico 13 ratifica não só que todo o ajuste no Rio de Janeiro deu-se por uma queda na taxa de participação, mas também que o ajuste requerido da taxa de participação foi superior ao demandado, simplesmente para corrigir o hiato entre as taxas de crescimento da população em idade ativa e da ocupada, uma vez que teve também que compensar o declínio acentuado na taxa de desemprego.

Este declínio na taxa de desemprego e a conseqüente ênfase do ajuste pela taxa de participação novamente levantam dúvidas sobre em que medida houve ou não no período uma mudança no comportamento da oferta. Dada a evidência de uma queda na taxa de desemprego, para podermos sustentar a interpretação do hiato entre as taxas de crescimento da população em idade ativa e da população ocupada como insuficiência de capacidade de absorção de mão-de-obra, devemos supor um grau realmente elevado de racionalidade dos trabalhadores ao formarem suas expectativas. Estamos agora admitindo que a crise no mercado de trabalho do Rio de Janeiro em 1991 e 1992 foi capaz de desencorajar potenciais trabalhadores sem necessitar para isto sinalizar com uma alta taxa de desemprego. Assim, estamos supondo que uma substancial parcela dos potenciais trabalhadores foi suficientemente racional para perceber a elevada incapacidade de absorção de

mão-de-obra do mercado de trabalho, abandonando a força de trabalho sem sequer integrar o contingente de desempregados. Devido a esse comportamento, reduziram-se não apenas a taxa de participação, mas também a taxa de desemprego. Em que medida, de fato, esse elevado grau de desencorajamento é a explicação da abrupta queda na taxa de participação no início da década de 90, é uma das questões centrais para a interpretação do funcionamento recente do mercado de trabalho brasileiro, e do Rio de Janeiro em particular. Essa questão permanece em debate [ver Madeira e Bercovich (1992)], merecendo, portanto, ser investigada em profundidade. Em particular, cumpre ressaltar que toda a interpretação dos resultados apresentados neste estudo depende dos motivos que levaram a essa queda acentuada na taxa de participação entre 1991 e 1992.

5 - CONCLUSÕES

Neste trabalho procuramos determinar em que medida o mercado de trabalho do Rio de Janeiro apresenta uma elevada capacidade de absorção de mão-de-obra como parece ser típico dos mercados de trabalho brasileiros. Mostramos, inicialmente, que a taxa de crescimento da população ocupada na região metropolitana do Rio de Janeiro foi bem inferior à verificada nas demais regiões metropolitanas.

Em seguida, demonstramos que, em grande medida, a menor taxa de crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro deveu-se a uma pressão demográfica mais branda. Comparando a região metropolitana do Rio de Janeiro com o conjunto das seis principais regiões metropolitanas, verificamos que, se por um lado a taxa de crescimento da população ocupada no Rio de Janeiro havia sido 18 pontos percentuais inferior no período 1982/97, por outro, a taxa de crescimento da população em idade ativa foi 15 pontos percentuais inferior no Rio de Janeiro.

Como resultado, demonstramos que o hiato entre as taxas de crescimento da população em idade ativa e da população ocupada no período 1982/97, que denominamos grau de insuficiência de absorção de mão-de-obra, foi apenas três pontos percentuais maior no Rio de Janeiro de que nas demais regiões, sendo sete pontos percentuais no Rio de Janeiro e quatro pontos percentuais no conjunto das regiões.

Uma vez identificado um maior grau de insuficiência de absorção de mão-de-obra no Rio de Janeiro, passamos a investigar os mecanismos utilizados para ajustar-se a tal insuficiência. Em princípio, o processo de ajuste poderia se dar tanto via queda na taxa de participação, quanto via crescimento na taxa de desemprego. Verificamos que se deu inteiramente via uma acentuada queda na taxa de participação no início da década de 90 (1991/92). Verificamos também que a taxa de desemprego não foi empregada, em nenhuma medida, como variável de ajuste. Na verdade, a taxa de desemprego ao invés de crescer declinou cerca de dois pontos percentuais no período, requerendo para isso um declínio ainda maior na taxa de participação para que o ajuste fosse efetuado.

A análise neste estudo deixa claro, por um lado, como a queda acentuada da taxa de participação no início da década de 90 foi central ao processo de ajuste; por

outro, entretanto, pouca evidência é apresentada sobre quais os motivos envolvidos nesta queda. Para que possamos interpretar corretamente o hiato entre as taxas de crescimento da população em idade ativa e da ocupada como uma medida de insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra, é essencial que a queda na taxa de participação tenha sido induzida pelo efeito desencorajador que a recessão do início da década de 90 teve sobre trabalhadores potenciais. Entretanto, se a queda de participação deveu-se a mudanças no comportamento dos trabalhadores jovens e daqueles há mais tempo no mercado de trabalho que decidiram, respectivamente, retardar sua entrada e antecipar sua saída deste mercado — por motivos alheios à situação econômica recessiva da época — então não haveria um real problema de absorção de mão-de-obra no Rio de Janeiro. Neste caso, seria incorreto tratar o hiato entre as taxas de crescimento da população em idade ativa e ocupada como medida de insuficiência de capacidade de absorção de mão-de-obra. Alguma evidência nesta direção é apresentada em Silva (1997).

Desta forma, fica claro que a identificação dos motivos que levaram à queda acentuada na taxa de participação no início da década de 90 é central à avaliação da capacidade de absorção de mão-de-obra no Rio de Janeiro. Dependendo de como é interpretada, pode-se concluir que o mercado de trabalho da região tem ou não uma capacidade limitada de absorção de mão-de-obra.

Sem tentar ser conclusivo, este estudo apresenta evidências, uma a favor e outra contra a hipótese de que o desencorajamento foi o motivo dominante. A favor, temos o fato de que a queda na participação concentrou-se num período de tempo muito curto para ser compatível com uma mudança comportamental que tende a ser melhor distribuída ao longo do tempo. Além disso, o momento da queda na taxa de participação coincidiu com o momento de uma significativa recessão econômica. Como evidência contra, temos que esta ocorreu sem um concomitante crescimento na taxa de desemprego que justificasse um crescente desencorajamento de potenciais trabalhadores. Assim, para sustentar a tese de que o desencorajamento teve um papel fundamental, é necessário determinar em que medida e com que instrumentos foi de fato possível o mercado de trabalho desencorajar estes potenciais trabalhadores, sem recorrer a uma taxa de desemprego elevada e crescente.

Em suma, nossa avaliação de que o mercado de trabalho do Rio de Janeiro apresentou uma insuficiente capacidade de absorção de mão-de-obra na década de 90, tanto absoluta quanto relativa às demais regiões metropolitanas, é ainda condicional à validade da interpretação da queda na taxa de participação como um fenômeno de desencorajamento. Uma resposta mais definitiva a esta questão requer uma análise profunda dos motivos que levaram à queda na taxa de participação, análise esta que já começa a ser realizada no Brasil.

APÊNDICE

Descrição da metodologia utilizada para ajustar demograficamente os fatores de expansão da PME para o período de maio de 1982 a dezembro de 1990.

As projeções demográficas que dão base à expansão da amostra da PME sofreram uma profunda revisão após a disponibilização do Censo Demográfico de 1991. Mais especificamente, os resultados do Censo Demográfico revelaram que as projeções populacionais anteriormente utilizadas sobreestimavam consideravelmente a população existente. Com base nesta nova fonte de informações o IBGE reformulou os fatores de expansão da PME revendo, inclusive retrospectivamente, as séries publicadas referentes ao período posterior a janeiro de 1991. Infelizmente, entretanto, a revisão realizada pelo IBGE não contemplou todo o período coberto pela PME, que se inicia em 1980.

Como este estudo se baseia na evolução do mercado de trabalho metropolitano brasileiro desde o início dos anos 80, foi necessário ajustar demograficamente as séries da PME para o período anterior a janeiro de 1991, que não havia sido coberto pela revisão feita pelo IBGE nas séries da PME. O objetivo desta nota é descrever a metodologia utilizada para ajustar a série de população em idade ativa e de população ocupada.

Antes de passarmos propriamente a uma descrição da metodologia utilizada, vale ressaltar que o período de interesse deste estudo se inicia em maio de 1982 e não no verdadeiro início da PME, que se deu em 1980. A razão da escolha deste ponto de partida é o fato de a PME ter sofrido uma significativa reformulação no início de 1982.

A metodologia utilizada parte de um conjunto de premissas. Em primeiro lugar, assume-se que os valores originais para maio de 1982 e os valores revistos para janeiro de 1991 para a população em idade ativa são adequados. Em segundo lugar, admite-se que as estimativas para a taxa de participação e para a taxa de desemprego, para o período de maio de 1982 a dezembro de 1990, são adequadas, apesar da sobreestimação populacional. Esta segunda hipótese é mais forte do que a primeira e será estritamente verdadeira se a sobreestimação da população ocorrida tiver sido balanceada por faixa etária e por gênero. Caso contrário, a composição etária e por gênero originalmente utilizada estaria incorreta e como a taxa de participação e a taxa de desemprego variam significativamente segundo estas dimensões, as estimativas agregadas para estas duas taxas estariam incorretamente estimadas, mesmo que as taxas específicas estejam corretas.

Quanto à população em idade ativa, a metodologia utilizada seguiu os seguintes passos. Em primeiro lugar, calculamos o grau de sobreestimação original da PME simplesmente tomando a razão entre as estimativas originais da PME para dezembro de 1990 e o valor revisto para janeiro de 1991. Cumpre ressaltar que

uma variedade de aprimoramentos poderia ser adicionada a este cálculo, incluindo-se o ajuste para sazonalidade, pelo fato de estarmos tomando informações de dois meses consecutivos e não para o mesmo mês. O grau de sobreestimação encontrado para cada uma das regiões metropolitanas é apresentado na Tabela 1. Note que a metodologia foi aplicada tanto a cada região metropolitana em separado como ao total metropolitano. Esta opção leva a que nas séries obtidas exista uma pequena discrepância entre o valor estimado para o total das regiões e a soma das estimativas para as seis regiões metropolitanas.

Em segundo lugar, distribuímos uniformemente o valor da sobreestimação populacional apresentada na Tabela 1 ao longo do período que vai de maio de 1982 a janeiro de 1991 (104 meses). Esta distribuição uniforme foi implementada obtendo-se a taxa de decrescimento mensal que, se geometricamente acumulada ao longo de 104 meses, seria igual ao grau de sobreestimação estimado. Por conseguinte, esta taxa de decrescimento mensal, d , foi obtida por

$$d = 104\sqrt[104]{(1 + \alpha) - 1}$$

onde α é o grau de sobreestimação.

Com base nestas estimativas para a taxa de decrescimento (ver Tabela 1) o valor corrigido para a população em idade ativa, a_m , para cada mês, m , entre maio de 1982 e dezembro de 1990 foi obtido a partir do valor original, b_m , por

$$a_m = b_m(1 + d)^m$$

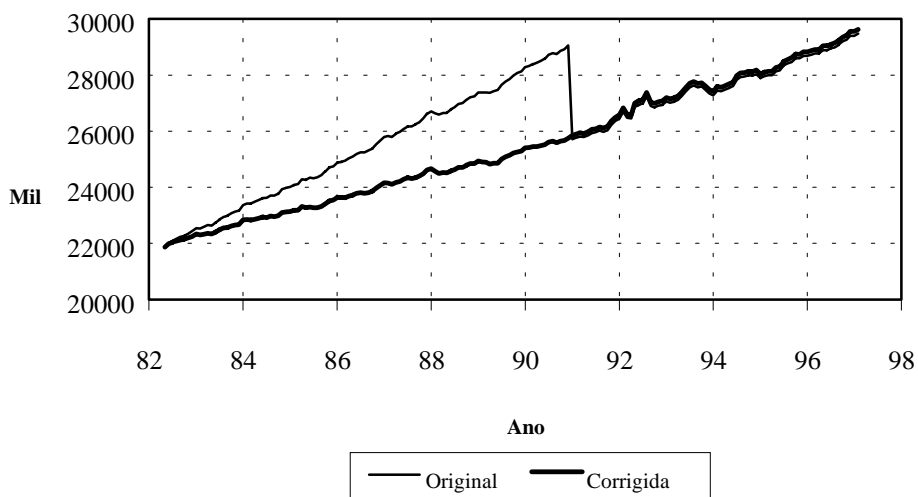
onde m é o número de meses passados desde maio de 1982. Para maio de 1982, $m=0$; para dezembro de 1990, $m=103$. O Gráfico A1 apresenta as estimativas originais da PME para a população em idade ativa e os valores corrigidos para o total metropolitano.

Uma vez obtida a população em idade ativa corrigida, a_m , conseguiu-se a população ocupada corrigida, c_m , pelo uso da hipótese de que as taxas de participação, t_m , e de desemprego, u_m , relativas a cada mês permaneceram constantes. Mais especificamente, obtivemos a população ocupada corrigida, c_m , por

$$c_m = a_m t_m (1 - u_m)$$

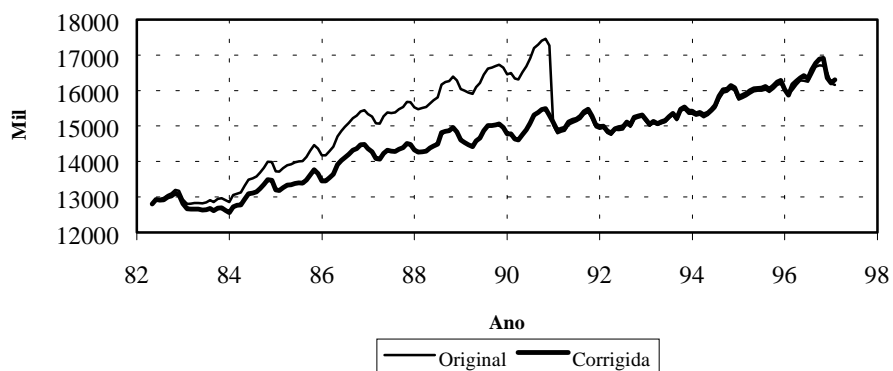
Note, novamente, que a correção foi realizada de forma independente para cada região metropolitana e para o total metropolitano de tal forma que, ao final, persiste alguma diferença entre a soma das regiões e a estimativa para o total metropolitano. O Gráfico A2 apresenta as estimativas originais para a população ocupada e os valores corrigidos para o total metropolitano.

Gráfico A1
Séries Original e Corrigida da População em Idade Ativa — Total das Regiões Metropolitanas da PME



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 e 1997

Gráfico A2
Séries Original e Corrigida da População Ocupada — Total das Regiões Metropolitanas da PME



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1982 e 1997.

BIBLIOGRAFIA

AMADEO, E. et alii. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Série Seminários, 1/94).

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro (diversos anos).

_____. **Estatísticas básicas: pesquisa mensal de emprego - 1982/89**. Rio de Janeiro, 1990 (Séries Retrospectivas, n.1).

_____. **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2^a. ed., Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1993.

MADEIRA, F., BERCOVICH, A. Onda jovem e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n.8, p.1-28, dez. 1992.

SILVA, A. F. E. da. **Evolução recente do mercado de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1997 (Monografia).